



## Mortes no trabalho denunciam insegurança

Os recentes acidentes na base de Osasco (Grande SP), quando morreram 10 trabalhadores num só dia, acenderam a luz vermelha na questão da saúde e segurança no trabalho.

A Agência Sindical ouviu dois dirigentes a respeito da situação: Nildo Queiroz, diretor dos Metalúrgicos de Guarulhos, e Artur Bueno de Camargo, presidente da Confederação dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA Afins). Nildo também é Técnico em Segurança.

Eles reclamam do desmonte pelo governo atual. Nildo afirma: "O governo age em duas pontas. Numa, relaxa os mecanismos de fiscalização e controle. Na outra, agrava os meios de arrecadação das empresas".

O primeiro ato do presidente Bolsonaro foi extinguir o Ministério do Trabalho. A fiscalização quase acabou. Artur comenta: "Chegamos ao cúmulo de ver Bolsonaro alardear em seu programa eleitoral que flexibilizou as Normas de Segurança".

Artur Bueno conta: "Diante da pressão do governo e da CNI, chamamos um médico do Trabalho pra nos assessorar. Esse trabalho deu suporte a uma ação na Justiça do Trabalho. Conseguimos junto à 10ª Vara de Brasília liminar que suspende a revisão da Norma, preservando a saúde dos trabalhadores".

Nildo Queiroz, que também dirige o Departamento de Saúde e Segurança do Trabalhador no Sindicato de Guarulhos (e já presidiu o Diesat), está à frente da organização do Seminário sobre o tema que ocorre na entidade na manhã de sábado, 24.

A frequência dos acidentes e mortes preocupa os sindicalistas. Artur conta que, recentemente, morreram dois trabalhadores, em Leme/SP, quando limpavam a fossa de um frigorífico. Em Mato Grosso, há pouco, morreu outro trabalhador.

Durante anos, o sindicalismo lutou pra conseguir Norma específica ao setor de máquinas e equipamentos – a NR-12. Mas o governo dribla as exigências, facilitando a importação de maquinário que não atende aos critérios da ABNT e normas nacionais ligadas à segurança no trabalho.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 27 de setembro.

### Trabalhador deve ficar atento aos depósitos de FGTS, segundo especialistas

As empresas devem depositar até o dia 7 de cada mês, em conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o equivalente a 8% da remuneração de cada funcionário. Entretanto, o saque pelo cotista vai depender do empregador fazer o recolhimento.

Advogados destacam que, caso o trabalhador identifique o não recolhimento do FGTS, há alternativas para tentar acessar os valores. Entre elas procurar o departamento de recursos humanos da empresa e pedir o depósito dos valores atrasados ou cobrar o recolhimento na Justiça.

Caso o trabalhador descubra após a saída da empresa que não foram depositados 8% de seus salários, ele poderá ingressar com ação para pedir o pagamento do que é devido.

"Se esses depósitos não foram feitos, o trabalhador deve buscar a Justiça do Trabalho contra a empresa e pode cobrar até cinco anos de FGTS não depositado", afirma o advogado trabalhista Ruslan Stuchi.

Stuchi observa que esse prazo de cinco anos passou a ser válido após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2014, com repercussão geral (a decisão deve ser seguida pelas outras instâncias). Antes, esse período era de 30 anos.

O professor de pós-graduação de Direito da PUC-SP, Ricardo Freitas Guimarães, diz que essa decisão resultou na alteração da Súmula 362 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O empregador tem obrigação de comunicar mensalmente ao trabalhador os valores recolhidos.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 27 de setembro.

#### Pobreza infantil bate recorde no Brasil em 2021

A pobreza infantil atingiu níveis recordes no Brasil em 2021 em um cenário de crise social intensificada pela pandemia. É o que indica uma publicação de pesquisadores do PUCRS Data Social;

A taxa de crianças de até seis anos que viviam em domicílios abaixo da linha de pobreza chegou a 44,7% no país no ano passado, o maior patamar em uma década, segundo o levantamento. A série histórica reúne dados a partir de 2012.

A alta foi de 8,6 pontos percentuais ante 2020, quando o índice havia caído para 36,1%, o menor da série, sob impacto dos pagamentos mais robustos do auxílio emergencial.

A taxa mede o percentual de crianças de até seis anos que viviam em domicílios em situação de pobreza em relação à população total da mesma faixa etária (17,5 milhões). Ou seja, quase 45% delas estavam em lares considerados pobres.

Em termos absolutos, o número de crianças de até seis anos em situação de pobreza aumentou de 6,4 milhões para 7,8 milhões, outro recorde, segundo a pesquisa. A alta foi de 22,6% na passagem de 2020 para 2021.

Em outras palavras, mais 1,4 milhão de crianças passaram a ser consideradas pobres. Esse contingente é similar à população inteira de uma cidade como Porto Alegre (1,5 milhão). Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 27 de setembro.

# Analistas preveem inflação abaixo de 6% neste ano, mostra Focus

Analistas consultados pelo Banco Central reduziram as projeções para a inflação e aumentaram a estimativa para o PIB (Produto Interno Bruto) deste ano pela 13ª semana consecutiva, mostrou a mais recente atualização semanal da pesquisa Focus, divulgada nesta segunda-feira (26).

Já a expectativa para a taxa Selic foi mais uma vez mantida no nível atual de 13,75% para o final deste ano e em 11,25% para o final de 2023, após o Banco Central ter interrompido seu ciclo de aperto monetário na quarta-feira (21) passada, ponderando que não hesitará em retomar as altas nos juros se a redução da inflação não transcorrer como o esperado.

A mediana das projeções para o IPCA das instituições consultadas pelo BC caiu a 5,88% para 2022, de 6% há uma semana. Para 2023, a estimativa oscilou para 5,00%, de 5,01% antes.

As variações acompanharam novamente a perspectiva de um cenário mais benigno para os preços administrados, em meio à redução dos preços de combustíveis: -4,42% em 2022 (-4,16% antes) e +5,58% em 2023 (+5,75% antes).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 27 de setembro.

### Demanda por teste de Covid em farmácia despenca e positivos ficam abaixo de 1.600

A realização de testes rápidos de Covid nas farmácias, um negócio que nasceu com a pandemia, começa a definir um patamar de estabilização.

Pela primeira vez desde 2020, quando as farmácias brasileiras começaram a ofertar o serviço, o número de diagnósticos positivos ficou abaixo do patamar de 1.600 casos, segundo a Abrafarma, associação do varejo farmacêutico que monitora os dados.

Foram menos de 1.587 infectados, dentro de um total de pouco mais de 19 mil testes realizados na semana de 12 a 18 de setembro.

Até então, o menor volume registrado era o da semana de 5 a 11 de setembro, com cerca de 1.800 casos positivos.

O pico aconteceu em meados de janeiro, impulsionado pela variante ômicron, quando o volume de positivos chegou a quase 320 mil casos em uma semana. Naquela época, a demanda atingia patamares em torno de 740 mil no período.

Um novo boom se repetiu em junho, mas depois entrou em queda livre.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 27 de setembro.